



# **CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

**Américo Junior Nunes da Silva  
André Ricardo Luca Vieira  
Ilvanete dos Santos de Souza  
(Organizadores)**

**Atena**  
Editora

**Ano 2021**



# **CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

**Américo Junior Nunes da Silva  
André Ricardo Luca Vieira  
Ilvanete dos Santos de Souza  
(Organizadores)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande



Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Correção:** Giovanna Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadores:** Américo Junior Nunes da Silva  
André Ricardo Lucas Vieira  
Ivanete dos Santos de Souza

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C244 Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira, Ivanete dos Santos de Souza. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5983-167-8  
DOI 10.22533/at.ed.678211106

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Souza, Ivanete dos Santos de (Organizadora). IV. Título. CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021, com a aprovação do uso das vacinas no Brasil e com aplicação a passos lentos, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Como assevera Santos (2020), desde que o neoliberalismo foi se impondo como versão dominante do capitalismo o mundo tem vivenciado um permanente estado de crise; onde a educação e doutrinação, o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado são os principais modos de dominação ao nível dos Estados.

Nesse sentido, a pandemia, ainda segundo o autor anteriormente referenciado, veio apenas agravar a crise que a população tem vindo a ser sujeita. Esse movimento sistemático de olhar para as crises, postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto dessa crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “**Capitalismo Contemporâneo e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que aceitaram fazer parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

Ilvanete dos Santos de Souza

## REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

O AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E SEUS IMPACTOS SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: O CASO DA ALDEIA AÇAIZAL – AMAZÔNIA – BRASIL

Hellen Regina Martins Rocha

Vanja da Cunha Bezerra

Messias Furtado da Silva

Claudio Emidio-Silva

**DOI 10.22533/at.ed.6782111061**

### **CAPÍTULO 2..... 15**

MOVIMENTOS SOCIAIS E A POLITICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO

Armanda Rachel Botelho Mourão

William de Farias Barros

**DOI 10.22533/at.ed.6782111062**

### **CAPÍTULO 3..... 26**

CICLO DE DEBATES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMANDO UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Ethel Louise Pereira dos Santos

Larissa Antunes Zanotti

Maria Virgínia Martins Mattar

Nathália Gonçalves Ferreira

Giovanna Carvalho de Almeida Avelar

Gustavo Costa de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.6782111063**

### **CAPÍTULO 4..... 38**

A EVOLUÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS MUDANÇAS DESDE A PRIMEIRA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL ATÉ A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO

Marcella Arraes Castelo Branco

Elenice de Alencar Silva

Flávio Ricardo Silva Sousa

**DOI 10.22533/at.ed.6782111064**

### **CAPÍTULO 5..... 52**

CONSTRUÇÕES LÚDICAS DE BONECAS (OS) NA PERSPECTIVA DO CORPO E GÊNERO

Lidia Andrade da Silva

Leilane Alves Chaves

Nathália Martins Ferreira

**DOI 10.22533/at.ed.6782111065**

### **CAPÍTULO 6..... 62**

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E REFERÊNCIAS ANGLO- AMERICANAS NO

PENSAMENTO DE ANÍSIO TEIXEIRA DO PERÍODO DE 1951 A 1971

Naiara Ramos

José Geraldo Pedrosa

**DOI 10.22533/at.ed.6782111066**

**CAPÍTULO 7..... 72**

**REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS DO MEIO AMBIENTE PARTILHADAS POR ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Francisca de Fátima de Lima Sousa

Dálet Helen Vasconcelos Veras Lima

João Pedro Cardoso de Macedo

Dinalva Clara Monteiro Santos Silva

Wyadyson Francisco de Sousa Maciel

**DOI 10.22533/at.ed.6782111067**

**CAPÍTULO 8..... 84**

**O PROGRAMA INTEGRAL DE SAÚDE DA MORADIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

Nathália Dias Pereira Alves Oliveira

Renato Pereira da Silva

Maria das Dores Saraiva de Loreto

**DOI 10.22533/at.ed.6782111068**

**CAPÍTULO 9..... 95**

**EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: COMO EDUCAR PARA A PAZ EM TEMPOS DIFÍCEIS?**

Denilson Douglas de Lima Cardoso

Valdivina Alves Ferreira

**DOI 10.22533/at.ed.6782111069**

**CAPÍTULO 10..... 105**

**GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA, UMA REALIDADE POSSÍVEL: LEI Nº 7.040/98/ SEDUC/MT NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE MATO GROSSO**

Márcio Paz Câmara

Silvia Regina Canan

**DOI 10.22533/at.ed.67821110610**

**CAPÍTULO 11..... 115**

**EMPREENDEDORISMO SOCIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO ACERCA DOS PROFESSORES DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL**

Mirela Viersa Morillo

Rodrigo Augusto Prando

**DOI 10.22533/at.ed.67821110611**

**CAPÍTULO 12..... 132**

**COOPERAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL: A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE JUIZ DE FORA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO**

Polyana Gomes de Matos

**DOI 10.22533/at.ed.67821110612**



<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>143</b>
LIMITES DAS POLÍTICAS SOCIOEDUCACIONAIS NO BRASIL FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS	
Telmo Marcon	
<b>DOI 10.22533/at.ed.67821110613</b>	
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>155</b>
O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A POLÍTICA DE PERMANÊNCIA DOS DISCENTES DA EPT NO ENSINO MÉDIO EAD	
Angelimar Santana Santos	
Marcelo Vera Cruz Diniz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.67821110614</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>175</b>
O PROCESSO DE ENSINO COMO INSTRUMENTO PARA EMANCIPAÇÃO HUMANA	
Janaina Rossarolla Bando	
Daniel Pulcherio Fensterseifer	
<b>DOI 10.22533/at.ed.67821110615</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>185</b>
REFLEXÕES SOBRE A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA: AS POSSIBILIDADES DE UMA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR	
Maurício Cosme de Lima	
Simone Ferreira Teixeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.67821110616</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>196</b>
TECNOLOGIA SOCIAL, SUSTENTABILIDADE E CIÊNCIAS POR MEIO DE CADERNO PEDAGÓGICO	
Natalia de Lima Bueno	
Amanda Bastos Almeida	
Gabriel Ribeiro Griten	
Jessica Alessandra Hungaro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.67821110617</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>202</b>
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E SUAS MANIFESTAÇÕES NO COTIDIANO ESCOLAR: UM RECORTE TEÓRICO SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	
Helenice Bastos Batista Rocha	
Maria de Fátima de Andrade Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.67821110618</b>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>216</b>
O QUASE-MERCADO EDUCACIONAL BRASILEIRO E A POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA ENQUANTO PROJETO DE NAÇÃO	
Cristian Correna Carlo	

DOI 10.22533/at.ed.67821110619

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>228</b>
A DECOLONIALIDADE NO CURRÍCULO MÍNIMO DE SOCIOLOGIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Vitória Marinho Wermelinger	
DOI 10.22533/at.ed.67821110620	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>240</b>
REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO, INTERCULTURALIDADE, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS	
Isadora Pereira Dias	
Giovana Giraldelli Mendes Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.67821110621	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>248</b>
APREENSÕES SOBRE A DISCIPLINA POLÍTICA, GESTÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	
Fábio Mamoré Conde	
Evelyn Iris Leite Morales Conde	
DOI 10.22533/at.ed.67821110622	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>257</b>
NO ESTAR SENDO PEDAGOGO, PRIMEIROS DIÁLOGOS SOBRE E COM CIDADES EDUCADORAS	
Paula dos Santos de Oliveira	
Stefani Iolanda Gomes de Lima	
Lígia Dadalt Casaril	
Eliara Zavieruka Levinski	
DOI 10.22533/at.ed.67821110623	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>270</b>
DA CÉDULA DE 200 REAIS AO NICHU E HABITAT: ANÁLISE DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA DIALÓGICA	
Andiara Aparecida Sousa	
Richard Lima Rezende	
Antonio Fernandes Nascimento Junior	
DOI 10.22533/at.ed.67821110624	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>277</b>
A NOÇÃO DE TRAVESSIA COMO DIALÉTICA CONCEITUAL	
Vagno Emygdio Machado Dias	
DOI 10.22533/at.ed.67821110625	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>290</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>292</b>

## LIMITES DAS POLÍTICAS SOCIOEDUCACIONAIS NO BRASIL FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS

*Data de aceite: 01/06/2021*

**Telmo Marcon**

Universidade de Passo Fundo/RS – Faculdade  
de Educação

<http://lattes.cnpq.br/7659184664426945>

<http://orcid.org/0000-0002-9110-3210>

**RESUMO:** A pesquisa de natureza bibliográfica e estatística tem como objetivo aprofundar os limites das políticas educacionais diante das estruturas socioeconômicas desiguais existentes no Brasil. As políticas educacionais, mesmo com tensões e contradições em suas formulações, avançaram muito na perspectiva emancipadora-cidadã desde a Constituição Federal de 1988. O artigo 206 da Constituição trata da educação e, nele, são estabelecidos vários princípios que fortalecem o papel da educação na efetivação da cidadania: a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento; o pluralismo de ideias; a gratuidade do ensino público; a valorização dos profissionais do ensino; a gestão democrática e a garantia de uma educação de qualidade. Esses princípios, retomados na LDB de 1996 e nas políticas educacionais posteriores, traduzem os anseios de uma educação plural, crítica e emancipadora, portanto, geradora de igualdade. No entanto, os avanços nas formulações legais defrontam-se com um conjunto de obstáculos decorrentes das profundas desigualdades sociais e econômicas existentes. Focam-se, neste texto, as contradições

estruturais existentes na sociedade brasileira tendo como base a produção bibliográfica crítica e dados estatísticos da Oxfam, do INEP e do IBGE. Nas considerações finais, serão retomados alguns desafios das políticas educacionais na superação das desigualdades e discriminações existentes na sociedade brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas educacionais, Cidadania, Desigualdade socioeconômica, Justiça Social.

### LIMITATIONS OF EDUCATIONAL POLICIES IN BRAZIL IN FACE OF THE SOCIOECONOMIC INEQUALITIES

**ABSTRACT:** This research of a bibliographical and statistical nature aims to deepen the debate about the limitations of educational policies facing the unequal socioeconomic structures that prevail in Brazil. Even though there are tensions and contradictions in its formulations, the educational policies have advanced considerably in the perspective of citizenship and emancipation since the Federal Constitution of 1988. The article 206 of the Constitution deals with education and establishes many principles that strengthen the role of education in the development of citizenship; the equality of conditions of access and persistence in school; the freedom to learn, teach, research and express thought; the pluralism of ideas; the free public education; the appreciation of the value of school education professionals; the democratic administration and the assurance of quality education. These principles, recovered in the LDB of 1996 and in later educational policies, convey the desire for a plural, critical and emancipatory education,

therefore, one that generates equality. However, the advancement of legal formulations face a set of obstacles related to the deep social and economic inequalities that exist. This text focuses on the existing structural contradictions in Brazilian society, based on a critical bibliographical production and statistical data from Oxfam, INEP and IBGE. In the conclusion, some challenges faced by educational policies in overcoming the inequalities and discriminations that exist in Brazil will be recuperated.

**KEYWORDS:** Educational policies, Citizenship, Socioeconomic inequality, Social Justice.

## 1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As reflexões aqui desenvolvidas têm como objetivo contextualizar aspectos da gênese e do desenvolvimento histórico brasileiro e de como esses intervenientes estruturais obstaculizam a concretização das políticas socioeducacionais, ou seja, propõe-se a discutir os limites dessas políticas frente às desigualdades sociais e econômicas. Persiste, no Brasil, uma contradição entre as políticas socioeducacionais que avançaram substancialmente em suas formulações, nas últimas décadas, numa perspectiva crítico-emancipadora, garantidas pelos direitos das pessoas à cidadania mais intensamente desde a Constituição de 1998, até o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016, mas que encontram dificuldades de serem efetivadas dadas as contradições sociais e econômicas históricas e estruturais.

As políticas socioeducacionais implantadas desde 2003 até 2015 contribuíram para a inclusão de setores sociais historicamente excluídos, bem como para uma redução expressiva da população que vivia abaixo da linha de pobreza. O problema é que, desde 2016, esses indicadores voltaram a crescer e, em 2021, temos indicadores que apontam para mais de 13 milhões de desempregados. As desigualdades materializam-se em múltiplas dimensões (classe, gênero, etnia, gerações) que interferem profundamente na implantação e nos resultados efetivos das políticas socioeducacionais. Essas desigualdades estruturais reproduzem-se no âmbito da educação escolar em termos de diferenciações na qualidade das estruturas escolares, nos salários de professores, nos materiais didático-pedagógicos disponibilizados, bem como no funcionamento de escolas em determinados contextos. Manso (2020) descreve situações dramáticas em que vive a população da grande Rio por conta de confrontos armados entre diferentes grupos de traficantes e milícias, além dos aparatos policiais do Estado. Por vezes, esses confrontos armados implicam o fechamento de escolas, o que significa medo, insegurança, falta de refeições para crianças, comprometimento com a aprendizagem de alunos.

Compreender a constituição socioeconômica e política brasileira é condição para o entendimento sobre como determinados elementos que transversalizam as práticas sociais e institucionais continuam extremamente presentes. Evidentemente, eles nem sempre são explícitos e observáveis. Pensemos, por exemplo, nas consequências dos mais de trezentos anos de escravatura na formação social, cultural, nas relações de poder, na reprodução

de representações que desqualificam os descendentes de escravos. Essas dimensões não foram superadas com a formalização da abolição da escravatura em 13 de maio de 1888. Poderia ter sido, mas não foi. Felizmente, essas questões estão sendo discutidas com intensidade no contexto atual em diferentes espaços e de múltiplas formas, seja na poesia, na literatura, nas pesquisas históricas, nas reflexões e produções sociológicas, psicológicas e antropológicas, no cinema, nas pinturas, na música, nas políticas sociais de cotas, bem como na educação das relações étnico-raciais.

Nesse contexto, o tema que ganha centralidade é a própria escravatura, mantida no Brasil por mais de 300 anos e que marcou profundamente as relações sociais e, como consequência, o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural. Essa perspectiva histórica não pode ser traduzida e nem entendida como saudosismo. Trata-se de compreender os grandes desafios contemporâneos sem desconsiderar as heranças históricas. Inúmeros elementos históricos estão sendo reavivados em práticas culturais e socioeducacionais e precisam ser reconhecidas como fundamentais: a pluralidade, a democracia como valor fundamental e a cidadania enquanto conquista efetiva de direitos.

## 2 | HERANÇA ESCRAVOCRATA E DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA

Como observado anteriormente, as políticas educacionais têm avançado muito mais nas proposições do que em suas concretizações. Quem já não ouviu frases do tipo: “a lei é bonita, mas na prática não funciona”. Não se trata apenas do reconhecimento da realidade, mas das tensões que existem entre as normatizações e os entraves reais. Um enunciado legal não poderá propor o fracasso. Ele terá de ser propositivo, ou seja, enunciar um avanço e a conquista da cidadania, especialmente quando se trata de políticas socioeducacionais.

Até que ponto essa política, assim como tantas outras, contribui efetivamente para a superação das desigualdades socioeconômicas e as discriminações étnico-raciais? Por que persistem tantas resistências para o aprofundamento das mudanças estruturais que poderiam assegurar a cidadania para todos? A tese que estamos defendendo é de que os momentos de ruptura política que ocorreram no Brasil desde a independência de Portugal não incidiram profundamente sobre as relações de classe e as discriminações socioculturais. Essa tese vem ancorada em pesquisas desenvolvidas por inúmeros intelectuais como Florestan Fernandes na obra *A integração do negro na sociedade de classes* (1978) e *Revolução burguesa no Brasil* (1975) Jessé Souza nas obras: *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato* (2017); *A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite* (2015); *A ralé brasileira: quem é e como vive?* (2016) e Juremir Machado da Silva, na obra: *Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social* (2017)

Esses autores, mesmo que com perspectivas distintas, apontam para um problema crucial da estrutura social brasileira: a reprodução da classe proprietária e escravocrata

mesmo após a independência de Portugal, em 1822, e a proclamação da República, em 1889. A classe social proprietária de terra (e de escravos) vai encontrando formas para ajustar-se aos novos contextos e demandas, mas não chega a ser destituída do poder como ocorreu em outras revoluções burguesas, como é o caso modo particular da França.

Dessa estrutura de poder deriva um conjunto de implicações sociais, econômicas, políticas e culturais. Dois elementos destacam-se na história do Brasil desde o início da escravidão: desigualdade socioeconômica e autoritarismo. Prear índios e transformá-los em escravos, assim como garantir o tráfico de negros exigia atitudes brutas e autoritárias dos senhores e seus comandados. O escravo, independente de sua origem, jamais foi reconhecido como humano, principalmente como portador de algum direito. Por caminhos distintos, os autores anteriormente referidos, forjam olhares para o passado brasileiro que têm em comum traços autoritários que transversalizam desde a gênese da sociedade brasileira até o desenvolvimento histórico posterior, chegando na atualidade, com mudanças, mas não estruturais. Ao contrário, os traços autoritários estão profundamente incrustados nas instituições sociais. Dois exemplos podem ajudar entender melhor essas questões: a ideia extremamente popularizada, especialmente após a eleição de Bolsonaro (2018) de que qualquer pedagogia eficaz (incluindo a escola) tem de ser marcada pela violência. Um segundo exemplo diz respeito à forma como se propõe o tratamento a adolescentes autores de atos infracionais com base na repressão. Existem muitos outros exemplos, mas esses dois ajudam a compreender como uma sociedade, estruturada com base na e não em relações democráticas e cidadãs, prima pela brutalidade. Tudo isso vai refletir na implementação e efetivação das políticas socioeducacionais.

A posição hegemônica da produção científica sobre o Brasil ressaltou o papel das classes dominantes. Não é o objetivo aprofundar essa tradição nesse momento, apenas destacar que ela não explicitou as contradições profundas que transversalizam a história brasileira e, por conseguinte, não aprofundou objetivamente as implicações, especialmente, da estrutura escravocrata na constituição das relações sociais e nas desigualdades econômicas. Parte dessa crítica vem sendo feita por Jessé Sousa e os pesquisadores que trabalham com ele. Em várias de seus estudos, discute a influência da tradição conservadora na constituição de paradigmas que foram naturalizados e reproduzidos em diferentes áreas do conhecimento (SOUZA, 2012; 2015; 2016; 2017). Isso não significa que não tenha havido resistências. De alguma forma, sempre existiram interpretações críticas em relação ao Brasil, as implicações das relações escravistas durante o período colonial, bem como nas suas consequências posteriores à abolição. É dessa tradição crítica que serão aqui destacados alguns elementos para fundamentar a tese de que as desigualdades sociais, econômicas, de gênero e étnicas ganham diferentes configurações históricas, mas elas preservam traços que já se fazem presentes na gênese da formação histórica brasileira.



Reconhecemos, dessa forma, que intelectuais, alguns poucos religiosos, juristas, músicos, poetas, entre outros, denunciaram as contradições culturais, sociais e econômicas e as discriminações existentes na sociedade brasileira. Entre esses intelectuais críticos, destaca-se Florestan Fernandes, que desenvolve um conjunto de pesquisas e publicações da perspectiva histórico-sociológica. Ele ressalta que a tradição conservadora desconsiderou o papel e as condições a que foram submetidos os afrodescendentes não apenas durante a escravidão, mas as consequências com a saída da condição de escravos para viverem em periferias de cidades, entre as quais, ele foca a cidade de São Paulo. Neste sentido, sua análise sintetiza as contradições fundamentais emergentes após a abolição da escravatura:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos de responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (1978, p. 15).

Essa tese defendida por Fernandes e outros pesquisadores, entre os quais, Jessé Souza, mesmo que com perspectivas distintas, traz à tona um problema fundamental para estudar e compreender o Brasil, bem como a forma como a sociedade foi sendo estruturada. O dado fundamental é que a abolição não resultou de movimentos revolucionários que colocassem em pauta as transformações estruturais necessárias. Isso não significa que as lutas de movimentos negros em prol da emancipação não tenham ocorrido. A questão é que o ato formal da abolição foi também resultante de decisões políticas de parte da classe dominante, que já estava gestando um projeto de desenvolvimento econômico baseado na força de trabalho livre, especialmente de imigrantes europeus. Ocorreram, como analisa Fernandes, resistências de senhores escravocratas que desejavam ser ressarcidos pelos investimentos feitos na compra de escravos. Esses setores resistiram à abolição, bem como cobravam indenizações do Estado. O dado a ressaltar, aqui, é como afirma Fernandes, que a abolição da escravatura ocorreu sem que houvesse transformações estruturais profundas na organização de classe, no Estado e nas instituições sociais. Dessa forma, uma elite econômica e política continuou no poder e, mesmo com a proclamação da República, não ocorreram mudanças substanciais.

Juremir Machado da Silva, jornalista e historiador, analisa, no livro *Raízes do conservadorismo brasileiro: A abolição na imprensa e no imaginário social* (2017), o contexto midiático e político quando da aprovação da Lei Áurea, que aboliu formalmente a escravatura e ajuda a compreender a mudança de comportamento político de vários parlamentares que

perceberam não haver mais como recuar. Muitos representantes do partido conservador viram-se acuados e votaram a favor da libertação. Outros, no entanto, mantiveram-se firmes em suas posições em defesa da escravatura e do direito de propriedade sobre os escravos. Alguns apoiaram a libertação, mas condicionada à indenização dos proprietários. Num dos capítulos desse livro, Silva analisa o discurso de um autor bastante conhecido da literatura brasileira, que é José de Alencar. No capítulo denominado “Sofismas escravistas de José de Alencar, o escritor e político que votou contra o Ventre e Livre”, Silva examina discursos desse ferrenho defensor da escravatura. Alencar justificava sua posição em defesa na continuidade da instituição escravocrata com base no argumento de que ela trouxe benefício para o país e para africanos que, dessa forma, ingressaram no mundo civilizado. Chama atenção que, desde a década de 1880, Alencar acusa de comunistas os que almejavam a emancipação dos escravos. “A liberdade e a propriedade, essas duas fibras sociais, caíram desde já em desprezo ante os sonhos do comunismo” (ALENCAR, apud Silva, 2017, p. 57). Num outro trecho, assinala: “Eis um dos resultados benéficos do tráfico. Cumpre não esquecer, quando se trata de questão importante, que a raça branca, embora reduzisse o africano à condição de mercadoria, nobilitou-o (tornar importante, célebre) não só pelo contato, como pela transfusão do homem civilizado. A futura civilização da África está aí nesse fato em embrião” (ALENCAR, apud Silva, 2017, p. 60). Silva conclui sua análise em relação à postura de José de Alencar dizendo que ele “via com a clarividência opaca dos convertidos o que ninguém desinteressado enxergava. Como em alguns de seus livros, idealizava personagens, adulterava realidade, inventava mundos, deformava situações, mentia para si mesmo e, principalmente, para os leitores” (2017, p. 63).

Chama atenção que muitas manifestações contrárias à abolição amparavam-se no direito de propriedade. É assim que muitos ainda continuam tratando afrodescendentes que vivem excluídos. Segundo Silva (2017, p. 18), o Jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro fez a seguinte análise após a aprovação da Lei Áurea: “O dia 13 de maio não é só o maior dia da nossa história; é maior do que toda a nossa história, na bela frase de Afonso Celso Junior. Não há mais escravos; todos são livres; todos são iguais; todos têm aberta diante de si uma carreira por onde podem avançar até onde seus talentos o permitirem” (SILVA, 2017, p. 19). Cabe destacar que, imediatamente, após o dia 13 de maio de 1888, várias manifestações de pessoas contrárias à abolição reivindicavam leis mais rigorosas contra a “vagabundagem e a ociosidade”. Formalmente, houve um avanço, mas, na prática, os obstáculos para uma emancipação efetiva continuavam os mesmos. O Jornal *Diário do Maranhão* fez o seguinte anúncio no dia 14 de maio de 1888, um dia após a promulgação da Lei Áurea: “aluga-se uma mulatinha de 14 anos de idade própria para todo serviço doméstico...” (apud SILVA, 2017, p. 23). Passados mais de 130 anos desses eventos, a sociedade brasileira ainda reproduz práticas similares ao tempo da escravidão.

O contexto em que foi formalizada a abolição da escravatura era de transformações no modo de produção capitalista. Nem todos os senhores escravocratas colocaram-se

contra a abolição, não por valores humanistas, mas por interesses. Conforme observa Fernandes, muitos estavam inclinados a substituir a força de trabalho escravo e apostavam no trabalho livre do imigrante branco europeu. Outros senhores, no entanto, persistiram com o trabalho escravo e resistiram à abolição. As estatísticas apresentadas por Fernandes evidenciam fugas substanciais de escravos das lavouras, mesmo antes da abolição. Aliás, esse é um dado importante para a compreensão da escravatura no Brasil, uma vez que a história dos escravos é permeada por lutas, fugas e resistências à organização do trabalho escravo nas fazendas. Conforme atestam várias pesquisas, não existem relações cordiais entre brancos e negros, perspectiva fortalecida pelo mito da democracia racial de Gilberto Freyre, do homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda ou pela tese da resignação do escravo e da miscigenação cultural, teses criticadas por Souza (2015; 2017). Nem todo escravo aceitou passivamente a dominação, as condições de trabalho e a tortura. As inúmeras fugas das fazendas e a busca de alternativas de produção, especialmente nas experiências dos Quilombos, reforçam a tese de que não faltaram iniciativas para romper os grilhões da escravidão, mesmo que essas experiências não tenham conquistado posições hegemônicas.

A passagem da escravatura para o trabalho livre ocorreu no Brasil concomitantemente, conforme Fernandes (1975), entre outros, à revolução burguesa. Enquanto em outros países, a burguesia defrontou-se com nobrezas e aristocracias e teve que lutar muito para chegar ao poder, no Brasil, essa transição ocorreu sem rupturas. A revolução burguesa no Brasil representa mais ajustes da classe dominante do que mudanças substanciais. Daí que o reconhecimento de direitos humanos universais, conquistados em países como a França, ainda não é realidade no Brasil no século XXI. Ao contrário, crescem manifestações que criticam radicalmente os direitos humanos e seus defensores acusados de protegerem bandidos.

As elites conservadoras conseguiram neutralizar as forças sociais progressistas que, desde o início do século XIX, lutaram pela independência do Brasil de Portugal. De acordo com Fernandes (1975, p. 33):

A independência foi naturalmente solapada como processo revolucionário, graças ao predomínio de influências histórico-sociais que confinavam a profundidade da ruptura com o passado. O estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional.

Essas críticas, no entanto, não desconsideram a importância da independência e nem da abolição da escravatura. A libertação formal dos escravos representou um avanço importante na realização de um ideário empreendido por muitos escravos, assim como por pessoas livres. Entretanto, a superação dessa instituição não dependia apenas de uma legislação, visto que as relações escravocratas estavam incrustadas nas instituições e

nas práticas sociais que subsistiram às conquistas legais. Não fosse assim, não teríamos ainda, no século XXI, sistemáticas denúncias de trabalho escravo, ou similar ao escravo, no Brasil. É nesse ponto que Jessé Souza fundamenta sua crítica às tradições que dominaram no campo da sociologia brasileira em relação às interpretações sobre o Brasil. Ele critica Gilberto Freyre, Raymundo Faoro, Roberto DaMatta e, principalmente, Sérgio Buarque de Holanda, por não explicarem o Brasil de modo adequado.

Qual o problema de fundo dessa crítica? O Brasil não é uma continuidade de Portugal, visto que, na metrópole, a escravidão foi breve e pontual, enquanto, no Brasil, ela é parte fundamental da estrutura produtiva e das relações socioculturais. Aqui, persiste uma simbiose entre a casa grande e a senzala: uma não existe sem a outra. Para Souza, o livro de Buarque, *Raízes do Brasil*, continua sendo “a leitura dominante do Brasil, seja na sua modernização em seus epígonos mais famosos, como Raimundo Faoro, Fernando Henrique Cardoso ou Roberto DaMatta, seja na influência ampla e difusa nos intelectuais de direita e de esquerda no Brasil de hoje em dia. É a influência continuada dessa leitura na cabeça das pessoas que nos faz de tolos” (2017, p. 7). O sucesso de Buarque, segundo Jessé Souza, decorre das respostas que ele dá a três questões fundamentais, que são também perguntas feitas pelas religiões: de onde viemos? Quem somos? Para onde (provavelmente) vamos? A resposta a essas questões é que dá uma visão totalizadora e produziu muito sucesso. São as respostas dadas a essas perguntas que precisam ser problematizadas. A reconstrução dos argumentos de Souza para fundamentar a crítica aos autores referidos demandaria um trabalho bem mais longo que extrapola os limites aqui estabelecidos.

Jessé Souza (2017, p. 9-10) propõe três eixos temáticos a serem desenvolvidos para compreender o Brasil: a) tomar a experiência da escravidão não como conceito, mas como experiência real que, no caso brasileiro, não é mera extensão de Portugal, com seu patrimonialismo, onde não existia a escravidão como no Brasil. Aqui, a escravidão representou toda a sociabilidade. É preciso, conforme Souza, compreender que a escravidão “cria uma singularidade excludente e perversa. Uma sociabilidade que tendeu a se perpetuar no tempo, precisamente porque nunca foi efetivamente compreendida nem criticada”; b) o segundo aspecto, diz respeito à compreensão de classe social que gera privilégios e distinções. É preciso compreender as classes sociais para além do economicismo, entendendo-as como construção sociocultural, o que implica considerar a influência afetiva e emocional, a socialização familiar e os processos educativos. Neste sentido, vale retomar a obra organizada por Souza (2016): *Ralé brasileira: quem é e como vive?* Nela, há um artigo de Lorena Freitas (2016, p. 325-351), intitulado: “A instituição do fracasso: a educação da ralé”, no qual a autora faz uma análise sobre como os sujeitos da ralé têm dificuldades para ingressarem nas lógicas escolares dominantes. A conclusão a que chega é de que o desenvolvimento de um raciocínio lógico não é algo dado, mas uma construção social e cultural. Essa é uma das razões que leva muitos alunos a fracassarem

na escola; c) considerando esses dois eixos é fundamental a construção de um diagnóstico bem fundamentado do contexto atual.

Jessé Souza faz uma crítica profunda sobre um discurso que se tornou muito forte no Brasil contemporâneo: o Estado como espaço de corrupção e o mercado como virtuoso. A *Lava Jato* explorou intensivamente essa tese. Neste sentido, vale retomar a obra de Souza: *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato* (2017). O Estado brasileiro precisa ser compreendido em suas contradições históricas e atuais. Exemplo disso é a forma policialesca do tratamento dado aos movimentos sociais ao longo da história brasileira. Para Fernandes (1975, p. 47), as elites senhoriais precisavam do Estado para duas funções: “1º.) manter as estruturas sociais que poderiam privilegiar seu prestígio social e, portanto, conduzi-las ao monopólio social do poder político; 2º.) para expandir ou fomentar o aparecimento de condições econômicas, sociais e culturais que deveriam formar o substrato de uma sociedade nacional”.

O desenvolvimento do Estado brasileiro passa muito mais por ajustes e acomodações dentro da classe dominante do que garantidor de conquistas sociais efetivas. Neste aspecto, o Estado não conseguiu tornar-se efetivamente uma instituição republicana, mesmo que, em determinados períodos, tenha assegurado políticas sociais em defesa dos excluídos. As práticas autoritárias herdadas das relações escravocratas adentram as estruturas burocráticas do próprio Estado, que se torna um importante instrumento de reprodução das desigualdades socioeconômicas. Desde 2016, com Temer, esse modelo estatal autoritário e concentrador ganhou estaque e, com Bolsonaro, aprofunda-se. Dados sobre as contradições sociais e econômicas ajudam a entender que, após mais de 100 anos da emancipação da escravatura, as desigualdades continuam impactando a vida dos sujeitos historicamente oprimidos.

### **3 | O QUE DIZEM OS DADOS SOBRE A DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA**

Dados publicados pela Oxfam<sup>1</sup> em seu relatório de 2017, dão conta que, no Brasil, persistem desigualdades sociais e econômicas que estão se agravando novamente, desde 2015. Os dados apontam que, no Brasil, seis pessoas “possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres”; os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%; o Brasil é o décimo país mais desigual do mundo e o que mais concentra renda no 1% mais rico; 80% da população brasileira vive com uma renda per capita inferior a dois salários mínimos mensais.

Ademais, conforme dados desse Relatório (OXFAM, 2017, p. 19), entre 2001 e 2015, os 10% mais ricos apropriaram-se de 61% do crescimento econômico, enquanto a fatia dos 50% mais pobres foi de 18%. No mesmo período, a concentração de renda

---

1. A Oxfam Brasil, conforme dados disponíveis em: <<https://www.oxfam.org.br/quem-somos/oxfam-brasil>>, foi fundada em 2014, sendo uma organização sem fins lucrativo e independente. A Oxfam Brasil faz parte de um movimento global que tem como objetivo construir um futuro sem pobreza, desigualdades e injustiças.

no 1% manteve-se estável, no patamar de 22 a 25% (2017, p. 19). Por outro lado, nesse mesmo período, houve uma melhoria substancial na renda da população que estava abaixo da linha de pobreza. Além disso, há dados relevantes sobre desigualdade de renda com base no critério de gênero e de cor, sobre sonegação de impostos e corrupção entre os mais ricos e os que possuem mais renda. Entre as pessoas que recebem até 1,5 salários mínimos, 67% são negros; cerca de 80% dos negros ganham até dois salários mínimos (OXFAM, 2017, p. 27). O 1% mais rico concentra 48% de toda a riqueza nacional e os 10% mais ricos ficam com 74%. Por outro lado, 50% da população brasileira mais pobre fica com apenas 3% da riqueza do país. Esses breves dados dão conta de quão profundas são as desigualdades entre as classes sociais, entre diferentes grupos étnico-raciais, além das profundas desigualdades de gênero.

Quando se trata das escolas, essas contradições também estão presentes. Enquanto algumas escolas possuem estruturas extremamente sofisticadas e tecnologicamente modernizadas, outras sequer dispõem de condições básicas de funcionamento. A título de exemplo, podemos destacar alguns dados sistematizados pelo Inep no Censo escolar de 2016, publicado em 2017: “Em relação ao esgoto sanitário, 95,3% das escolas dispõem do serviço por meio de rede pública ou utilizam fossa; 96,3% das escolas dispõem de abastecimento de água, mas a rede pública de abastecimento chega a apenas 72% das escolas; Energia elétrica está presente em 97% das escolas, sendo a rede pública responsável por 95,2% do abastecimento” (INEP, 2017, p. 4). Esses dados são gerais do Brasil, mas, quando discriminados por regiões ou entre rural e urbano, as desigualdades são maiores. Segundo o relatório: “Na zona rural, 9,9% das escolas não possuem energia elétrica, 14,7% não têm esgoto sanitário e 11,3% não têm abastecimento de água” (INEP, 2017, p. 7). Em 2016, segundo o INEP (2017, p. 5-6), 39,3% das creches não tinha banheiro adequado para a idade; 57,2% das pré-escolas não tinham banheiro adequado à educação infantil. Os dados apontam, ainda, que 49,5% das escolas de educação básica não possuem biblioteca e/ou sala de leitura (INEP, 2017, p. 3). Esses dados são suficientes para um mapeamento básico das questões estruturais que compõem o cenário das escolas de educação básica. Afora isso, persistem todos os problemas de violência social que impedem crianças de acessar a escola ou de escolas que são forçadas a fecharem as portas, especialmente em determinados contextos urbanos (MANSO, 2020).

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As críticas feitas por Souza e Fernandes, entre outros, às interpretações que se tornaram dominantes no mundo acadêmico e social brasileiro escamoteiam elementos importantes da gênese e desenvolvimento social, política, cultural e econômico brasileiro. É fundamental partir dessa análise crítica para superar interpretações equivocadas como a do ‘jeitinho brasileiro’, da democracia racial, do complexo vira-lata etc. Essas realidades



históricas estruturais atravancam a formulação, a implementação e os resultados positivos das políticas socioeducativas. Daí a reprodução de chavões como o de que a lei é bonita, mas não funciona na prática.

As lutas pela abertura política e a redemocratização do país no início dos anos de 1980 colocaram em pauta os direitos sociais, potencializados pela intensa mobilização de movimentos e organizações sociais. Parte das reivindicações foi traduzida em direitos e princípios legais na Constituição de 1988 e, no campo da educação, com a LDB de 1996, bem como nas legislações posteriores. No entanto, as desigualdades econômicas e sociais estruturais não foram praticamente tocadas e, hoje, há fortes indícios de que o próprio Estado democrático de Direito, assegurado pela Constituição, corre riscos conforme nos alerta Casara na obra: *Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis* (2017).

No campo das políticas socioeducacionais implementadas desde o início do governo Lula, em 2003, até o *impeachment* da presidente Dilma em 2016, ocorreram avanços importantes em termos de distribuição de renda, mas, do ponto de vista da riqueza, não ocorreram as mesmas conquistas. A saída da condição de abaixo da linha de pobreza de milhões de brasileiros não ocorreu pela distribuição de riqueza, mas pela mediação do Estado no incremento de políticas sociais, especialmente através do programa Bolsa família. Sem entrar no mérito dessas iniciativas, importantes, mas limitadas, o fato é que a classe dominante urbana (industrial, comercial, financeira e o agronegócio) conseguiu rearticular-se de modo expressivo. Essa rearticulação está dando, entre outros fatores, condições para os governos Temer e Bolsonaro efetivarem reformas que atingem direitos fundamentais que, mesmo precários, ainda permitiam algum tipo de cidadania, intervindo em setores estratégicos como empresas estatais, especialmente no campo do petróleo. Há um conjunto de decisões que impactam profundamente os investimentos em áreas sociais, no caso da educação, ao mesmo tempo em que se preservam todos os privilégios ao capital financeiro. Não há como pensar em mudanças substanciais sem que as questões apontadas anteriormente também estejam na pauta do Estado, de gestores públicos, da mídia e das organizações sociais. Esse movimento tem de avançar, também, na constituição de uma nova cultura pautada em pressupostos republicanos.

## REFERENCIAS

CASARA, Rubens R. R. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática 1978 (v. I).

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FREITAS, Lorena. A instituição do fracasso: a educação da ralé. In: SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive?** 2.ed. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2016, p. 325-351.

INEP. **Censo escolar da educação básica 2016**: notas estatísticas. Brasília-DF, fevereiro de 2017.

MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias**: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.

OXFAM. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. Disponível em: < [https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio\\_A\\_distancia\\_que\\_nos\\_une.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf)> . Acesso em 06 dez./2017.

SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro**: A abolição na imprensa e no imaginário social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. 2.ed. Belo Horizonte: EdUFMG, 2012.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. São Paulo, Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive? 2.ed. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2016.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Leya, 2015.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Administração 25, 26, 27, 30, 33, 35, 36, 67, 69, 105, 107, 108, 110, 112, 114, 115, 117, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 136, 168, 169, 251, 252, 255, 261

Administração Pública 26, 27, 30, 33, 35, 36, 67, 107, 133

Agronegócio 1, 2, 3, 7, 10, 11, 12, 13, 153

Anglo-Americanas 62, 63, 64

Anísio Teixeira 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 87, 93, 124

Assistência Estudantil 84, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 155, 159, 160, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Avaliação 33, 34, 35, 36, 52, 53, 90, 92, 93, 107, 168, 174, 218, 220, 226, 227, 230, 252, 261, 262

### C

Capitalismo 1, 28, 36, 116, 235, 252, 283

Cidadania 30, 60, 64, 87, 143, 144, 145, 153, 161, 172, 176, 180, 182, 185, 186, 188, 189, 190, 205, 211, 212, 226, 235, 237, 238, 242, 245, 253, 254

Cidade Educadora 175, 182, 257, 264, 267, 268

Ciências 20, 52, 53, 54, 58, 59, 61, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 75, 105, 126, 128, 129, 130, 131, 142, 190, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 218, 223, 227, 244, 259, 272, 284, 290, 291

Classe Social e Discriminação 202

Colaboração 28, 47, 84, 123, 127, 132, 133, 134, 135, 140, 141, 142, 197, 200, 244, 250, 272

Cooperação 30, 66, 71, 132, 133, 134, 135, 140, 141, 142

Corpo 6, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 118, 160, 190, 214, 217, 221, 225

Cultura de Paz 95, 98, 100, 101, 102, 103, 245

Currículo 3, 33, 47, 61, 69, 70, 82, 124, 125, 183, 185, 190, 191, 192, 194, 218, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 257, 263, 266, 268

### D

Debates 21, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 87, 178, 212, 221, 236, 258

Decolonialidade 228, 229, 231, 238

Desigualdade Socioeconômica 143, 145, 146, 151

Dialética 172, 196, 198, 277, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288

Diálogo 31, 55, 67, 68, 71, 91, 98, 108, 136, 172, 179, 181, 183, 197, 198, 199, 200, 204,

210, 213, 233, 249, 260, 263, 266, 267, 270, 271, 273, 274, 275

Difusão de Conhecimento 26

Diversidade 39, 46, 58, 60, 95, 96, 98, 99, 102, 103, 140, 156, 160, 203, 204, 206, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 232, 233, 235, 237, 242, 245, 254, 261, 281

Docentes 29, 52, 53, 91, 115, 116, 117, 125, 126, 127, 128, 189, 213, 218, 223, 224, 225, 237, 259, 265, 266, 268, 272

## **E**

EaD 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 224

Educação 1, 2, 3, 5, 7, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 28, 29, 30, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 124, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 207, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 270, 271, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 288, 289, 290, 291

Educação Ambiental 76, 82, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 200

Educação do Campo 15, 16, 18, 19, 24, 291

Educação Escolar Indígena 1, 3, 5, 7, 12

Educação para a Paz 95, 96, 98, 100, 101, 102, 103, 104

Educação Profissional 47, 62, 63, 67, 69, 70, 155, 156, 158, 162, 164, 166, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 249, 277, 288, 289, 291

Educação Profissional Tecnológica 155, 162, 170, 171

Educacional 6, 7, 18, 36, 39, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 61, 62, 64, 66, 85, 93, 98, 99, 100, 105, 106, 108, 110, 111, 112, 114, 123, 127, 132, 141, 155, 173, 189, 190, 198, 203, 204, 205, 212, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 226, 227, 230, 231, 232, 241, 245, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 261, 276, 277, 282, 283

Emancipação 147, 148, 151, 172, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 205, 279

Empreendedorismo Social 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131

Ensino Científico 216

Ensino de Ciências 52, 53, 54, 197, 227, 291

Ensino Médio 137, 138, 139, 140, 155, 158, 160, 162, 164, 166, 167, 171, 172, 173, 174,

233, 235, 236, 237, 247, 261, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 288, 289

Ensino Superior 33, 67, 68, 69, 71, 86, 87, 88, 90, 93, 94, 115, 125, 126, 130, 139, 160, 171, 185, 187, 189, 192, 194, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 226, 227, 264, 268, 269, 290

Escola Comum 39, 42, 43

Extensão 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 72, 73, 75, 88, 89, 91, 92, 110, 111, 150, 160, 161, 168, 192, 196, 197, 198, 199, 200, 240, 241, 242, 244, 246, 257, 258, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 290

Extensão Universitária 28, 29, 30, 31, 33, 36, 192, 196, 199, 257, 258, 264, 267, 268, 269

## **F**

Família 4, 39, 43, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 64, 69, 92, 94, 153, 210, 213

Financiamento da Educação 248, 249, 254, 256

Formação do Pedagogo 185, 188, 261, 263, 266

Formação Inicial 49, 52, 53, 167, 190, 191, 195, 257, 258, 259, 262, 263, 267, 268, 291

## **G**

Gênero 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 111, 144, 146, 152, 173, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 213, 214, 215, 230, 231, 236, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247

Gestão da Educação 106, 114, 248, 255, 257, 258, 262, 265, 266

Gestão Democrática 105, 106, 107, 109, 112, 114, 133, 143, 248, 249, 253, 254, 255, 262, 263, 266

## **I**

Impactos Ambientais 1, 2, 7

Inclusão 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 68, 87, 88, 90, 120, 122, 127, 144, 162, 166, 169, 200, 234, 241

Interculturalidade 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247

Intersecção Raça/Etnia e Gênero 202

## **J**

Justiça Social 101, 143, 245

## **L**

Lei Nº 7.040/98/SEDUC/MT 105, 109, 110, 112, 113

Luta de Classes 15, 16, 23, 283, 284, 285, 288

## **M**

Meio Ambiente 3, 7, 21, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 119, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 199

Movimento Social 15, 16, 17, 18, 23, 87

Mulheres 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 274

Multiculturalismo 228, 230

## **P**

Pandemia 34, 135, 141, 158, 162, 170, 200, 217, 223, 226

Parceria 23, 26, 43, 47, 65, 66, 92, 120, 194, 224, 286, 290

Pedagogia 13, 15, 19, 24, 46, 70, 96, 103, 105, 146, 175, 177, 180, 182, 183, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 201, 202, 227, 239, 241, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 265, 269, 276, 291

Permanência 39, 42, 45, 47, 48, 49, 68, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 133, 143, 155, 156, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 181, 250, 271, 274

Pesquisa 1, 2, 5, 6, 7, 10, 11, 14, 15, 16, 24, 26, 27, 29, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 40, 52, 58, 61, 62, 63, 64, 67, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 81, 82, 84, 88, 89, 92, 93, 94, 96, 100, 103, 115, 116, 117, 119, 125, 127, 128, 131, 132, 134, 135, 140, 142, 143, 155, 160, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 178, 183, 184, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 201, 202, 204, 212, 215, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 257, 258, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 272, 273, 274, 276, 289, 290, 291

Política Educacional 18, 108, 114, 216, 219, 248, 249, 251, 252, 253, 256

Políticas Públicas 4, 5, 18, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 46, 49, 50, 87, 103, 106, 113, 114, 132, 133, 134, 135, 141, 156, 157, 158, 170, 172, 173, 175, 185, 186, 188, 192, 194, 217, 218, 238, 240, 244, 245, 249, 261, 262, 267

Práticas Colaborativas 196

Problematização 230, 254, 270, 271, 272, 273, 274, 276

## **Q**

Quase-Mercado 216, 217, 218, 220, 223, 224, 226, 227

## **R**

Recurso Pedagógico 270, 273, 274

Reforma Agrária 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 25

Representações Sociais 72, 73, 74, 75, 79, 81, 82, 83, 212

## **S**

Saúde 5, 15, 24, 64, 82, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 101, 133, 157, 160, 169, 218,

240, 246, 276

Sociologia 69, 124, 126, 150, 154, 183, 214, 228, 229, 233, 234, 235, 236, 237, 238

Surdos 43

## **T**

Textos Imagéticos 72, 74, 75, 78, 82

Travessia 212, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289

## **U**

Unidades Escolares 68, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 113

## **V**

Violência Escolar 202, 206, 207, 213, 215

Violência Simbólica 202, 204, 205, 207, 208, 213, 214

# CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2021



# CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora

Ano 2021